

Demonstrações Contábeis

Águas de Votorantim S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Votorantim S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Águas de Votorantim S.A.
Votorantim - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Águas de Votorantim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Águas de Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name and registration number.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Águas de Votorantim S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.119	6.009
Contas a receber de clientes	6	7.544	7.201
Estoques	7	887	554
Créditos com partes relacionadas	15	20	16
Tributos a recuperar		34	7
Despesas antecipadas		34	119
Outros créditos		90	44
		22.728	13.950
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - vinculadas		318	224
Tributos diferidos	14	994	313
Depósitos judiciais	13	26	19
Ativo de direito de uso		332	193
		1.670	749
Imobilizado	8	1.868	1.955
Intangível	9	66.392	63.533
		69.930	66.237
Total do ativo		92.658	80.187

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.100	559
Empréstimos e financiamentos	10	8.715	3.453
Arrendamento mercantil	10	297	73
Obrigações tributárias	11	429	692
Obrigações trabalhistas		1.191	1.173
Ônus da concessão	12	136	134
Obrigações com acionistas	15	5.363	4.815
Débitos com partes relacionadas	15	238	242
Outros exigíveis	16	1.036	1.040
		18.505	12.181
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	43.294	41.161
Arrendamentos	10	69	200
Provisão para contingências	13	3.573	1.186
		46.936	42.547
Patrimônio líquido	17		
Capital social realizado		14.300	13.100
Reserva de lucros		12.917	12.359
		27.217	25.459
Total do passivo e do patrimônio líquido		92.658	80.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita líquida	18	50.970	58.149
Custo dos serviços prestados	19	(29.768)	(34.526)
Lucro bruto		21.202	23.623
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(15.262)	(12.808)
Outras receitas operacionais		269	171
		(14.993)	(12.637)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		6.209	10.986
Receitas financeiras	21	888	893
Despesas financeiras	21	(3.635)	(3.809)
Resultado financeiro		(2.747)	(2.916)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.462	8.070
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14.b	(1.837)	(2.846)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14.b	681	162
Lucro líquido do exercício		2.306	5.386
Quantidade de ações (por lotes de mil)		14.300	13.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	2.306	5.386
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.306</u>	<u>5.386</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Reservas de lucros			Total	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Investimentos	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	10.701	744	531	9.376	10.651	-	21.352
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.386	5.386
Aumento de capital	2.399	-	-	(2.399)	(2.399)	-	-
Proposta de destinação do resultado do exercício							
Reserva legal	-	269	-	-	269	(269)	-
Reserva de investimentos	-	-	192	-	192	(192)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.279)	(1.279)
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	3.646	3.646	(3.646)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.100	1.013	723	10.623	12.359	-	25.459
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.306	2.306
Aumento de capital	1.200	-	-	(1.200)	(1.200)	-	-
Proposta de destinação do resultado do exercício							
Reserva legal	-	115	-	-	115	(115)	-
Reserva de investimentos	-	-	82	-	82	(82)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(548)	(548)
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	1.561	1.561	(1.561)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.300	1.128	805	10.984	12.917	-	27.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.306	5.386
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	4.598	1.891
Ônus da concessão	1.798	1.788
Encargos financeiros, despesas e receitas de juros	3.136	2.723
Variações monetárias	96	300
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	281	139
Provisão para contingências	2.387	313
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.837	2.846
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(681)	(162)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	154	(15)
Lucro ajustado	15.912	15.209
Variações no ativo		
Contas a receber	(277)	(55)
Estoques	(333)	944
Depósitos judiciais	(7)	(10)
Tributos a recuperar	(52)	(68)
Despesas antecipadas	85	(70)
Outros créditos	(46)	14
Aplicações financeiras – vinculadas	(94)	807
Créditos com partes relacionadas	(4)	11
	(728)	1.573
Variações no passivo		
Fornecedores	541	(82)
Débitos com partes relacionadas	(4)	49
Obrigações tributárias	(18)	4
Obrigações trabalhistas	18	107
Outros exigíveis	(4)	356
Fluxo de caixa líquido aplicado nas/ (gerado pelas) operações	(195)	2.007
Ônus da concessão pago	(1.462)	(1.435)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.058)	(2.757)
Juros pagos	(1.515)	(2.966)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.682	10.058
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(112)	(269)
Adições ao intangível	(7.321)	(14.109)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	4	15
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(7.429)	(14.363)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos	6.953	13.713
Amortização de obrigações por arrendamento	(278)	(54)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.818)	(9.461)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento	4.857	4.198
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	8.110	(107)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.009	6.116
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.119	6.009
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	8.110	(107)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas de Votorantim S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Avenida Reverendo José Manoel da Conceição, 1.593, Protestantes, no Município de Votorantim, São Paulo - Brasil, controlada em conjunto pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. - SAAB e SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A., é uma sociedade de propósito específico que explora os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário através do Contrato de concessão firmado entre o município de Votorantim (Concedente) e a Águas de Votorantim S.A. (Concessionária), vencedora do processo licitatório que deu origem ao contrato de nº 46/2012 de 30 de março de 2012, com vigência de 30 anos, a partir da data de assunção do sistema pela Concessionária, ocorrida em 18 de junho de 2012, com término previsto para maio de 2042. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no limite territorial urbano do município de Votorantim, estado de São Paulo. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga e também de pagamento de taxa de regulação (TRA) e de fiscalização (TRF), correspondente a 1,5% cada (totalizando 3%) sobre o valor bruto efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês, pagos à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Votorantim - AGERV, em atendimento à Lei Municipal nº 2.202 de 14 de abril de 2011.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos não amortizados ou depreciados.

1.1. Impactos COVID-19

Em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa, Corona vírus 2019 (COVID-19), começou na China continental e, desde o início de 2020, o vírus se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil sendo decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Impactos COVID-19--Continuação

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica, que por sua vez tiveram algumas implicações nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Concessionária.

Desde então, a administração da Concessionária vem acompanhando os impactos e possíveis incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da Concessionária de continuar como uma empresa em andamento. No ano de 2020, no entanto, a Concessionária apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante, essencial para a população e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Concessionária não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Nesse contexto, a Concessionária ainda adotou as seguintes medidas de contingências: redução dos planos de investimentos, adoção de regime tributário especial disponibilizado pelo Governo e suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortização de empréstimos contratados junto ao BNDES (stand still), sem alteração do prazo final de amortização. Adicionalmente, a concessionária adiou por 3 meses, por decisão do regulador, a implantação do reajuste da tarifa. Tal fato não alterou o mês de reajuste para os próximos anos.

Adicionalmente, a Concessionária efetuou as seguintes ações para auxiliar no combate à COVID-19: desinfecções da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas do bairro Jataí, da Santa Casa de Misericórdia, do Hospital Municipal de Votorantim, do terminal rodoviário urbano, do terminal Capivara Skate Park e de todas as ruas do bairro da Chave e a doação de cobertores, cestas básicas, água sanitária e sabonete para famílias em situação de vulnerabilidade.

A Concessionária está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades e agências, está monitorando a evolução da situação e avaliando de perto o impacto do COVID-19 em seus negócios.

Cabe ainda mencionar que havendo necessidade a Concessionária poderá adotar outras medidas complementares as já adotadas.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Concessionária, e foram arredondadas para milhares de Reais (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

Em 01 de março de 2021, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Principais políticas contábeis

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Concessionária apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Concessionária classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Mensuração do valor justo

A Concessionária mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a concessionária.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Concessionária utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Mensuração do valor justo--Continuação

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Concessionária determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Concessionária determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.3. Receita operacional

i) Receita de contrato com o cliente

As receitas de prestação de serviço de tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujo serviço já foi prestado, são contabilizadas através do ajuste por competência.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado.

A Concessionária não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por montantes que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão pelo Poder Concedente que suporte auferir ganho nessa atividade.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

3.5. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens e direitos, líquido de depreciação acumulada.

A depreciação é calculada segundo o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Intangível

i) Reconhecimento e mensuração

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por dedução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Contratos de concessão

As Sociedades de Propósitos Específicos - SPE (Concessionárias) possuem contratos de concessão pública de serviço de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelos serviços, durante a sua vigência. Assim, a Concessionária reconhece como ativo intangível esse direito.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária.

3.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Concessionária para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Concessionária tenha aplicado o expediente prático, a Concessionária inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Concessionária mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--
Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

A Concessionária mensura os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Concessionária mensura como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, as variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Concessionária mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão.

3.9. Perda por redução ao valor recuperável

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

Em 2020, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.11. Destinação do resultado

No encerramento do ano, a Concessionária destina seus resultados entre dividendos e reservas, na forma prevista na legislação societária. Com relação aos dividendos, a distribuição é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Concessionária. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas ou pago, o que ocorrer primeiro.

3.12. Provisões para contingências

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação da Administração e de seus assessores legais, de acordo com a quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis.

3.13. Benefícios a empregados

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

Plano de previdência privada de funcionários

Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que com o passar do tempo poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Concessionária concluiu que o ajuste a calor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações contábeis, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.15. Arrendamentos

A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16. Partes relacionadas

A Concessionária reconhece como parte relacionada as transações financeiras com seus acionistas e com as empresas a eles ligadas, direta ou indiretamente, desde que haja relações contratuais formalizadas.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.17. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Concessionária e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.20. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Concessionária, mas podem impactar períodos futuros caso a Concessionária ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020--

Continuação

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Concessionária, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da concessionária.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento, fornece definições atualizadas, critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária.

3.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Concessionária, estão descritas a seguir. O Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Concessionária avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Vida útil do ativo intangível

A vida útil classificada no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Concessionária. Anualmente, a Concessionária revisa a vida útil desses ativos.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Concessionária reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios:

i) Contas vencidas há mais de seis meses

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber--Continuação

ii) Contas vencidas há mais de um ano

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber.

iii) Perdas gerenciais

São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social, as notas fiscais com:

- Valores até R\$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores até R\$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	88	129
Aplicações financeiras	14.031	5.880
	<u>14.119</u>	<u>6.009</u>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cientes (a)	6.770	6.801
Perdas de créditos esperadas para contas a receber(a)	(141)	(115)
	6.629	6.686
Cientes - parcelamento (b)	798	382
Pontos arrecadadores (c)	117	133
	7.544	7.201

(a) As contas "Clientes" e "Perdas de crédito esperadas para contas a receber" representam o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas com vencimento em até 90 dias, além dos valores ainda não faturados (ajuste por competência) no valor de R\$1.607 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.697 em 31 de dezembro de 2019).

(b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento de 30 a 90 dias.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer		
Faturado	4.229	4.033
Não faturado	1.607	1.697
Vencidas		
Até três meses	1.287	1.331
De três a seis meses	130	207
Acima de seis meses	432	48
	7.685	7.316

7. Estoques

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Materiais de construção civil, chaparias, tubos e barras	9	4
Materiais elétricos e mecânicos	99	29
Materiais hidráulicos	468	395
Materiais de instrumentação industrial	19	12
Produtos químicos e materiais de laboratório	78	50
Materiais de segurança	71	62
Estoque em poder de terceiros	2	2
Materiais e equipamentos custo de suporte	141	-
	887	554

* Os materiais classificados nesta conta são utilizados na prestação dos serviços relacionados à operação da Concessionária.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	827	(581)	246	223
Veículos	20%	166	(87)	79	115
Veículos arrendados	20%	38	(22)	16	23
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	1.934	(543)	1.391	1.431
Máquinas e equipamentos	10%	20	(9)	11	13
Móveis e utensílios	10%	280	(164)	116	136
Outros imobilizados	10%	51	(42)	9	14
		3.316	(1.448)	1.868	1.955

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Equipamentos de informática	223	102	-	(79)	246
Veículos	115	-	(3)	(33)	79
Veículos arrendados	23	-	-	(7)	16
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.431	38	-	(78)	1.391
Máquinas e equipamentos	13	-	-	(2)	11
Móveis e utensílios	136	16	(1)	(28)	116
Outros imobilizados	14	-	-	(5)	9
	1.955	166	(4)	(232)	1.868

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	263	(259)	4	10
Ônus da concessão		10.000	(2.861)	7.139	7.472
Desenvolvimento de projetos		191	(60)	131	167
Concessão/infraestrutura		56.971	(9.392)	47.579	38.101
Infraestrutura em construção		11.539	-	11.539	17.783
		78.964	(12.572)	66.392	63.533

Os valores reconhecidos no Intangível e acima demonstrados como Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2020 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	119	(32)	87	140
Aduoras	1.593	(403)	1.190	1.256
Estação de Tratamento de Água - ETA	4.616	(792)	3.824	4.021
Reservatório	3.527	(451)	3.076	3.422
Elevatória - água	-	-	-	153
Substituição/expansão de rede de água	7.877	(1.312)	6.565	6.299
Ligação de água	3.727	(323)	3.404	2.407
Ligação de esgoto	1.945	(338)	1.607	1.537
Substituição/expansão de rede de esgoto	8.029	(1.524)	7.285	6.960
Elevatória - esgoto	1.563	(118)	1.445	566
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	9.071	(379)	8.692	479
Emissário	1.024	(130)	894	936
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.145	(178)	967	1.014
Máquinas e equipamentos	10.963	(2.887)	8.076	8.161
Veículos	992	(525)	467	750
	56.971	(9.392)	47.579	38.101

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível:

	Taxa de amortização média ao ano	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Softwares e aplicativos	20%	10	-	-	(6)	-	4
Ônus da concessão	3,50%	7.472	-	-	(333)	-	7.139
Desenvolvimento de projetos	3,33%	167	-	-	(36)	-	131
Concessão/infraestrutura	5%	38.101	351	(153)	(3.897)	13.177	47.579
Infraestrutura em construção	-	17.783	6.933	-	-	(13.177)	11.539
		63.533	7.284	(153)	(4.272)	-	66.392

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos				
FINAME PSI (a)	SELIC/TJLP/TLP	2,5% a 9,5% a.a.	1.961	2.274
FINEM (b)	SELIC/TJLP/TLP	1,66% a 6,56% a.a.	46.507	38.679
Capital de giro (c)	CDI	1,8% a.a.	4.095	4.109
(-) Custo de transação			(554)	(448)
Total de empréstimos e financiamentos			52.009	44.614
Circulante			8.715	3.453
Não circulante			43.294	41.161
Arrendamentos				
Arrendamento	CDI	2,91% a.a.	2	16
Arrendamento direito de uso (d)		7,5% a.a.	364	257
Total de arrendamento mercantil			366	273
Circulante			297	73
Não circulante			69	200
Endividamento total			53.375	44.887
Circulante			9.012	3.526
Não circulante			43.363	41.361

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	44.614	39.924
Captações	7.082	14.109
Juros e encargos financeiros	3.617	2.840
Variações monetárias	96	300
Amortização de principal	(1.818)	(9.461)
Amortização de juros	(1.476)	(2.709)
Custos de transação	(129)	(396)
Amortização dos custos de transação	23	7
Saldo final	52.009	44.614
Arrendamento mercantil		
Saldo inicial	273	28
Adoção inicial do CPC 06 (R2)	-	299
Adições e Remensurações	356	-
Juros e encargos financeiros	54	257
Amortização de principal	(278)	(54)
Amortização de juros	(39)	(257)
Saldo final	366	273

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil--Continuação

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2021	-	-	-	7.175	(17)	7.158
2022	2.279	(26)	3.253	2.965	(17)	2.948
2023	4.036	(26)	4.010	3.303	(17)	3.286
Após 2023	36.506	(475)	36.031	28.150	(381)	27.769
Total	43.821	(527)	43.294	41.593	(432)	41.161

	Arrendamentos	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	142
2022	69	58
Total	69	200

- (a) Os contratos FINAME PSI vigentes foram obtidos nos exercícios de 2012 a 2019 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e somam R\$4.392 de valor contratado. Os contratos de FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com termos previstos para 2021 a 2024.

Essas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária, e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. - SAAB e SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A.

- (b) Os contratos FINEM foram obtidos nos exercícios de 2015 e 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com R\$68.656 de valor contratado. Os contratos foram celebrados com prazo de carência de 30 (trinta) ou 49 (quarenta e nove) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com termos previstos para 2030 e 2042.

Essas operações têm como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Votorantim - SP e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios e conta reserva.

Esses contratos possuem determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base nos índices financeiros abaixo:

Índice de Alavancagem Patrimonial: igual ou superior a 0,25;

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,1;

Dívida Bancária Líquida/ EBITDA: igual ou inferior a 3,5;

A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2020.

- (c) O contrato de capital de giro vigente foi obtido no exercício de 2019, com R\$4.076 de valor contratado, e é amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. - SAAB e pela SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS/COFINS/CSLL	25	17
ISS	23	43
IRRF	54	52
PIS	58	60
COFINS	269	276
IRPJ	-	173
CSLL	-	71
	<u>429</u>	<u>692</u>

12. Ônus da concessão

A Concessionária efetuou, no início da concessão, pagamento de R\$10.000 pela delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, referente à outorga.

O valor da outorga foi classificado no ativo intangível e é amortizado, mensalmente, à parcela de 1/360, que corresponde aos 30 (trinta) anos de direito à concessão.

O valor de R\$136 em 31 de dezembro de 2020 (R\$134 em 31 de dezembro de 2019) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Votorantim, referente às taxas de regulação (TRA) e de fiscalização (TRF), de competência de dezembro, calculado com base em um percentual de 3% sobre a arrecadação total.

13. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências--Continuação

As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Trabalhistas	151	26	125	90	19	71
Cíveis	3.422	-	3.422	1.096	-	1.096
	3.573	26	3.547	1.186	19	1.167

Dentre as causas prováveis há o processo de nº 1001336-69.2017.8.26.0602 cujo autor ingressou com ação indenizatória, por meio da qual pleiteia o pagamento das verbas supostamente devidas em função de alegada responsabilidade pelo acidente de trânsito envolvendo um prestador de serviço da Concessionária ocorrido em dezembro de 2015, que teria culminado em danos materiais, morais e estéticos. A ação foi julgada parcialmente procedente em 2ª Instância. A Concessionária ingressou com Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento.

Em setembro de 2016, a Concessionária ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico tributária, em face da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, objetivando a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre energia elétrica, uma vez que o tributo não está sendo cobrado tão somente sobre o valor da mercadoria mas, também, sobre as tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente da rede básica de transmissão (TUSD/TUST). A ação foi julgada procedente em 1ª Instância e houve recurso interposto pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo em 2ª Instância. Atualmente o andamento do processo encontra-se suspenso, por determinação do agrégio do Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP, em razão do incidência de demandas repetitivas.

A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2020 os valores de R\$ 482 para contingências cíveis (R\$ 219 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 984 para contingências trabalhistas (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2019).

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

No ativo, a Concessionária registrou os impostos e contribuições diferidos sobre as adições temporárias de contingências cíveis, trabalhistas, perdas de crédito esperadas para contas a receber, gastos com implantação, participação dos empregados, arrendamento mercantil (CPC 06) e demais provisões, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Diferidos--Continuação

No passivo, a Concessionária registrou impostos e contribuições diferidos sobre as diferenças temporárias oriundas de taxas de amortização dos bens considerados como Infraestrutura, no ativo intangível e pagamentos de parcelas de arrendamento mercantil.

	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativo				Ativo			
	Base de cálculo	IR diferido	CSLL diferida	Total	Base de cálculo	IR diferido	CSLL diferida	Total
Adições temporárias	3.944	986	355	1.341	1.616	404	146	550

	31/12/2020				31/12/2019			
	Passivo				Passivo			
	Base de cálculo	IR diferido	CSLL diferida	Total	Base de cálculo	IR diferido	CSLL diferida	Total
Exclusões temporárias	(1.021)	(255)	(92)	(347)	(697)	(174)	(63)	(237)
Diferido líquido	2.923	731	263	994	919	230	83	313

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	(1.332)	(2.066)
Contribuição social	(505)	(780)
Imposto de renda diferido	501	119
Contribuição social diferido	180	43
Totais	(1.156)	(2.684)

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social--Continuação

Conciliação da taxa efetiva

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.462	8.070
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(1.177)	(2.743)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes - despesas indedutíveis	(52)	(41)
Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	15	24
Programa de alimentação do trabalhador (Decreto nº 9.580/18)	34	52
Totais do imposto de renda e da contribuição social	(1.156)	(2.684)
Alíquota efetiva	33,39%	33,26%

15. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Concessionária como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

Os saldos com partes relacionadas estão discriminados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	17	16
Águas de Araçoiaba S.A.	2	-
Concessionária Águas de Paraty S.A.	1	-
Total do ativo circulante	20	16

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	3.217	2.889
SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A	<u>2.146</u>	<u>1.926</u>
	<u>5.363</u>	<u>4.815</u>
Débitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>238</u>	<u>242</u>
Total do passivo circulante	<u><u>5.601</u></u>	<u><u>5.057</u></u>
Resultado com partes relacionadas	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas		
Contrato de gestão (<i>Management Fee</i>)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(1.409)	(1.384)
AGS - Adm. E Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil	(470)	(461)
SANO Saneamento e Participações S.A.	(470)	(461)
	<u>(2.349)</u>	<u>(2.306)</u>
Contrato de prestação de serviços		
AGS - Adm. E Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil	(116)	-
	<u>(116)</u>	<u>-</u>

O serviço de Management Fee é prestado pela acionista Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. e pelas empresas AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil e SANO Saneamento e Participações S.A., acionistas da SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.

Em novembro de 2020, a Concessionária firmou contrato com a AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil para prestação de serviços de engenharia consultiva na área de gestão de perdas de água com prazo determinado de 18 (dezoito) meses, finda esta vigência, o instrumento poderá ser renovado ou prorrogado.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contrato de fruição de utilidades comuns:		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>(1.851)</u>	<u>(1.862)</u>

A Concessionária possui contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

A seguir demonstramos as remunerações anuais dos administradores por meio da Unidade de Administração Central:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações	25	23
Encargos sociais	7	7
Plano de saúde	1	1
Plano de previdência	1	1
	34	32

16. Outros exigíveis

O saldo da conta de outros exigíveis tem a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Participação nos lucros - empregados	252	323
Retenção contratual	272	368
Obras a realizar - custo de suporte	141	-
Despesas gerais	79	252
Adiantamentos de clientes	250	76
Outros	42	21
	1.036	1.040

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado no montante de R\$14.300 em 31 de dezembro de 2020 (R\$13.100 em 31 de dezembro de 2019) está representado por 14.300.000 (quatorze milhões e trezentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de dezembro de 2020, ocorreu o aumento do capital social no valor de R\$1.200, integralizado mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros.

Posição acionária	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações	Participação (%)	Quantidade de ações	Participação (%)
SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	8.580.000	60	7.860.000	60
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	5.720.000	40	5.240.000	40
	14.300.000	100	13.100.000	100

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reservas para investimentos

A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

d) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 21 do Estatuto Social.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Destinação dos lucros para distribuição de dividendos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido	2.306	5.386
Constituição da reserva legal - 5%	(115)	(269)
Base de cálculo dos dividendos	2.191	5.117
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	548	1.279

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

18. Receita líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é composta como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de prestação de serviços	49.314	49.346
Receita de construção	6.412	13.969
Cancelamentos	(182)	(629)
Receita bruta	55.544	62.686
Deduções da receita bruta:		
Impostos e contribuições sobre serviços	(4.542)	(4.503)
Descontos concedidos	(32)	(34)
Receita líquida	50.970	58.149

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos dos serviços prestados

São compostos como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ônus da concessão	(1.464)	(1.454)
Amortização da concessão	(333)	(334)
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(5)	-
Energia elétrica	(4.247)	(3.863)
Custo de construção	(6.412)	(13.969)
Materiais e manutenção aplicados nos serviços	(2.033)	(2.420)
Salários e benefícios a empregados	(8.190)	(8.066)
Utilização de imóveis e telefonia	(10)	(4)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.632)	(1.040)
Serviços de terceiros	(1.484)	(1.710)
Depreciações e amortizações	(3.649)	(1.535)
Outros	(309)	(131)
	<u>(29.768)</u>	<u>(34.526)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

São compostas como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(398)	(330)
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	(281)	(139)
Salários e benefícios a empregados	(4.788)	(5.117)
Utilização de imóveis e telefonia	(266)	(298)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(318)	(324)
Serviços de terceiros	(4.969)	(4.654)
Despesas com contencioso	(298)	(335)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(21)	(31)
Depreciações e amortizações	(541)	(193)
Provisão para contingências	(2.387)	(313)
Outras	(995)	(1.074)
	<u>(15.262)</u>	<u>(12.808)</u>

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receitas (despesas) financeiras

São compostas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	297	306
Juros e multas vinculadas à operação	591	586
Outras	-	1
	888	893
Despesas financeiras:		
Juros com empréstimos e financiamentos	(3.617)	(2.840)
Juros capitalizados	350	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(36)	(240)
Reversão de juros sobre arrendamentos	181	-
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(96)	(300)
Tributos sobre operações financeiras	(51)	(59)
Descontos concedidos	(244)	(205)
Outras	(122)	(165)
	(3.635)	(3.809)

22. Seguros

A Administração da Águas de Votorantim S.A. adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Riscos de engenharia e RC obras	31/12/2020 a 31/12/2021	
Responsabilidade civil – D&O	27/09/2020 a 27/09/2021	
Riscos operacionais	17/01/2020 a 17/01/2021	
Responsabilidade civil geral	17/01/2021 a 17/01/2021	
Riscos ambientais	22/12/2020 a 22/12/2021	
Seguros de veículos	17/10/2020 a 17/10/2021	
Garantia de concessão	27/03/2020 a 27/03/2021	712
Máquinas e equipamentos	17/10/2020 a 17/10/2021	350
Fiança locatícia	22/12/2020 a 23/12/2021	41

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de risco financeiro

23.1. Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Concessionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros, operados pela Concessionária, têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Concessionária.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos respectivos valores justos.

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a oscilações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e riscos de preços.

i) Risco cambial

As operações efetuadas pela Concessionária são realizadas no mercado interno e, portanto, não são afetadas pela variação cambial.

ii) Risco de taxas de juros

A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros decorre da possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas por conta de suas flutuações, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, indexados à variação do CDI, TJLP, TLP e SELIC.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de risco financeiro--Continuação

23.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

Considerações gerais--Continuação

a) *Risco de mercado--Continuação*

iii) Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados pela Concessionária são reajustados de acordo com índices definidos no contrato de concessão. As tarifas, de acordo com o contrato de concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária.

b) *Risco de crédito*

O risco de crédito é representado por contas a receber dos consumidores e clientes da Concessionária em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pelos serviços prestados a uma base de clientes pulverizada. A Concessionária possui provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, no montante de R\$141 em 31 de dezembro de 2020 (R\$115 em 31 de dezembro de 2019), para fazer face aos riscos de crédito, conforme Nota Explicativa nº 6.

c) *Risco de liquidez*

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Concessionária.

A Concessionária mantém caixa e equivalentes de caixa de R\$14.119 em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.009 em 31 de dezembro de 2019), conforme Nota Explicativa nº 5.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Gestão de risco financeiro--Continuação

23.2. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	52.375	44.887
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(14.119)	(6.009)
Dívida líquida	38.256	38.878
Total do patrimônio líquido	27.217	25.459
Total do capital	65.473	64.337
Índice de alavancagem financeira	58%	60%

Contadora

Gabriela Ferreira Nunes Alves
Contadora - CRC/RJ100510/O-9
CPF: 080.376.027-29